

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

(Contribuição do IPEA ao Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da
Câmara de política Social)

Frederico A. Barbosa da Silva¹

Herton Ellery Araújo²

André Luis Souza³

¹ Técnico de Planejamento e Pesquisa, IPEA/DISOC

² Técnico de Planejamento e Pesquisa, IPEA/DISOC

³ Consultor da DISOC/IPEA

<i>Apresentação</i>	3
<i>1. Antecedentes</i>	4
<i>2. Situação atual</i>	7
<i>2.1 Quantos são e onde estão os indígenas brasileiros?</i>	9
<i>2.2 Transição demográfica</i>	12
<i>2.3 Mortalidade</i>	16
<i>2.4 Migração</i>	17
<i>2.5 Composição da população indígena</i>	19
<i>a) População indígena por sexo</i>	19
<i>b) População indígena por idade</i>	20
<i>2.6. Desigualdades</i>	21
<i>a) Pobreza Extrema</i>	21
<i>b) Educação</i>	23
<i>Considerações Finais</i>	24

Apresentação

As questões indígenas apresentam-se, na atualidade, em uma nova configuração. Apesar da longa história que demarca e condiciona o quadro atual, vale o esforço em concentrarmos-nos nos dilemas e nas possibilidades disponíveis, naquelas que estão sob certa governabilidade do presente. No entanto, alguns elementos dessa história merecem destaque, em especial aquele feixe de fenômenos que conformam o imaginário sobre as sociedades indígenas e que nutrem preconceitos, discriminação e têm efeitos e resultados nas desigualdades étnicas. Depois, nos voltaremos para alguns indicadores e informações que recontextualizam esses conceitos e delimitam as questões do presente.

Os objetivos dessa nota são:

- (a) Realizar um breve diagnóstico ou caracterização das condições de vida das populações indígenas, descrevendo os problemas que essas populações enfrentam na sua dinâmica demográfica e social.*
- (b) Delimitar a necessidade de adoção de políticas afirmativas, com abrangência e desenhos adequados às realidades étnicas diferenciadas.*

Para os fins desse trabalho, as políticas afirmativas são ações públicas organizadas e sistemáticas que têm com objetivo o aumento de capacidades, proteção e valorização de comunidades, grupos sociais, minorias étnicas ou sociedades internas aos Estados-nação modernos. As políticas afirmativas incluem ações particulares e articuladas dentro das políticas universais e ações gerais direcionadas às populações definidas. Esse conjunto compõe as políticas indigenistas, que incluem ações nas áreas dos direitos sociais (saúde, educação e assistência social), meio ambiente, etnodesenvolvimento das sociedades indígenas e também nos direitos originários das sociedades indígenas em relação à terra.

1. Antecedentes

A questão indígena foi parte da economia política colonial. Aliadas ou inimigas, as sociedades indígenas ocupavam o território e serviam de apoio ou resistência na defesa de fronteiras. Como reserva de mão-de-obra essas sociedades foram invadidas e desorganizadas. Inclusive, existiram leis que proibiam o comércio de armas com indígenas, o que facilitava as campanhas de apresamento para escravização e dificultavam reações efetivas. Entretanto, inúmeros movimentos de resistência aconteceram, a exemplo da contenção da investida dos paulistas em 1639 quando o governo espanhol permitiu que os jesuítas armassem os indígenas, o que resultou na expulsão dos jesuítas de São Paulo. Outro exemplo, agora de autonomia em relação à Coroa portuguesa, é o da expulsão dos holandeses. Essa resultou de movimentos autônomos de colonos e indígenas, que se dividiram em campo e foram decisivos nos resultados dos embates, mesmo quando a coroa já admitia a presença dos holandeses no Nordeste e reaqusição do território mediante compra.

A resistência indígena à interiorização dos colonos, as lutas violentas nos finais do século XVII e as conseqüências sobre as sociedades indígenas são conhecidas. Também são conhecidos os argumentos civilizatórios e religiosos que justificaram, por um lado, as atrocidades cometidas contra as sociedades indígenas e que, por outro, mantiveram a permissão da escravização em constante tensão, ora considerada justa, ora não, mas sempre na condição de que os indígenas se mantivessem próximos aos círculos de influência da “civilização cristã”. Exemplos semelhantes aos citados poderiam ser multiplicados para demonstrar o complexo sistema de equilíbrios e interdependências entre os interesses e ações de portugueses, dos colonos, da igreja católica (em especial dos jesuítas) e das diversas sociedades indígenas. Essas foram submetidas a processos de desestruturação e transformação cultural onde estavam em contradição permanente, a autonomia social das sociedades indígenas e as exigências de mão-de-obra, os ciclos de expansão econômica e a ocupação territorial por parte da sociedade colonial. A política indigenista era claramente de incorporação dos indígenas, ocupação do território e consolidação de fronteiras, os métodos é que variavam. Mais brandos ou violentos, de aliança ou confronto.

No século XIX a política indigenista ganhou nova feição: tornou-se uma questão de terras. A expansão das grandes fazendas, com utilização do trabalho escravo negro constitui a

base do sistema político e econômico do Império. A ideologia dominante construía no imaginário uma nação branca e cristã, européia na origem e na vocação, estável na sua forma monárquica à diferença das instáveis repúblicas vizinhas do continente latino-americano. A imigração européia é estimulada, e é o período do romantismo, que constrói aquele índio heróico e épico, enquanto os indígenas reais, eram ainda objeto de desconfiança em relação a sua humanidade e a sua ferocidade imaginada estimulava (e justificava) uma ação eminentemente repressiva, por um lado, e civilizadora, por outro. Suas terras foram distribuídas, aldeamentos extintos, populações transferidas ou exterminadas. Exemplo de resistência e repressão das populações indígenas é a Cabanagem na década de 20 do século XIX. Ao final desse conflito a população da província do Pará estava reduzida em 1/5 (com a contribuição de epidemias).

O período republicano e o advento do estado laico não modificaram fundamentalmente os eixos de atuação com relação às sociedades indígenas. A expansão de frentes de ocupação econômica do território levou a uma rápida diminuição dos contingentes populacionais indígenas nas outras regiões. Os argumentos sobre os benefícios do progresso apoiavam e justificavam os interesses políticos locais e provinciais. A expansão e dependência econômica das sociedades indígenas em relação aos povoados circundantes cuidaram de descaracterizar os aldeamentos indígenas e suas origens. Assim descaracterizadas, as terras eram vendidas com o argumento de que ali não haviam índios. Nesse momento duas imagens sobre os indígenas conviviam: de um lado, o herói romântico e do outro o selvagem a ser civilizado; além disso, a lei de terra favoreceu, com a introdução de conceito civilista e cartorial de propriedade, os grandes latifúndios, e na ausência de registro muitas terras indígenas foram tratadas como devolutas e vendidas (ou apropriadas por missões religiosas).

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado com apoio de instituições científicas e culturais, da Igreja, dos positivistas e de pressões internacionais diante da denúncia de sucessivos massacres perpetrados contra sociedades indígenas. A SPI combinava o serviço laico com razões de ordem econômicas, morais e de segurança de fronteiras. O governo federal, em 1910, imbuído de uma política integracionista, instituiu esse órgão para atuar junto aos povos indígenas, denominado, na época, Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Este órgão operou de forma precária até o ano de 1967, quando foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Ao longo desses anos as políticas públicas voltadas para as populações indígenas estiveram pautadas pela perspectiva integracionista e tutelar, que visava conduzir, dentro de parâmetros evolutivos, as sociedades e culturas indígenas para a condição de “civilizados”, desfigurados sob a ideologia de uma “comunhão nacional” homogênea.

Alguns anos após a criação da Funai foi elaborado o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), também baseado nos pressupostos integracionistas. Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que o direito a diversidade étnica no país consagrou-se dentro do arcabouço jurídico do Estado brasileiro, com base no pressuposto do direito das sociedades indígenas em se reproduzirem no seio da sociedade nacional com suas formas sociais e culturais próprias, traduzindo-se no reconhecimento da pluralidade étnica. Na década da constituinte, o movimento indígena no Brasil estava se consolidando, tendo em muito influenciado a elaboração da carta magna. Esses movimentos foram se consolidando ao longo da década de 1990, quando ganharam certa visibilidade, permeando alguns espaços do poder público e estabelecendo pontos de apoios em diversas instituições da sociedade.

Várias mudanças na política indigenista ocorreram na década de 90, com a passagem da educação e a saúde indígena, antes sob a responsabilidade exclusiva da Funai, para o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde. Também surgiu o Programa de Proteção às Populações e Terras indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), que passou, a partir de 1996, a apoiar financeira e administrativamente a regularização fundiária das terras indígenas localizadas na Amazônia Legal.

No entanto, inicia-se o século XXI, e o poder público ainda busca regulamentar os direitos indígenas, inscritos na Constituição de 1988, por meio da reelaboração do Estatuto do Índio. Neste sentido encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.057/91.

Depois dos anos de políticas integracionistas, que visaram a aculturação e assimilação das populações indígenas, o Estado reconheceu o direito à autonomia e à diferença nas formas de organização social e cultural. No entanto, a dívida histórica com essas populações ainda está longe de ter sido saldada, como veremos a seguir.

O Brasil é um país habitado por etnias indígenas desde o período pré-cabraliano, sendo que as estimativas para população indígena do período apontam para um número entre 1 a 10 milhões de índios. Por meio do contato com os colonizadores, iniciado no século XVI, como vimos a população foi drasticamente reduzida, principalmente devido às guerras e doenças resultantes do contato. Atualmente, estatísticas do IBGE (Censo 2000) apontam para a existência de aproximadamente 734 mil índios no Brasil, constituindo-se em quase 0,4% da população nacional. Desses, 350 mil estão em áreas rurais (provavelmente em terras indígenas) e 384 mil estão em áreas urbanas.

2. Situação atual

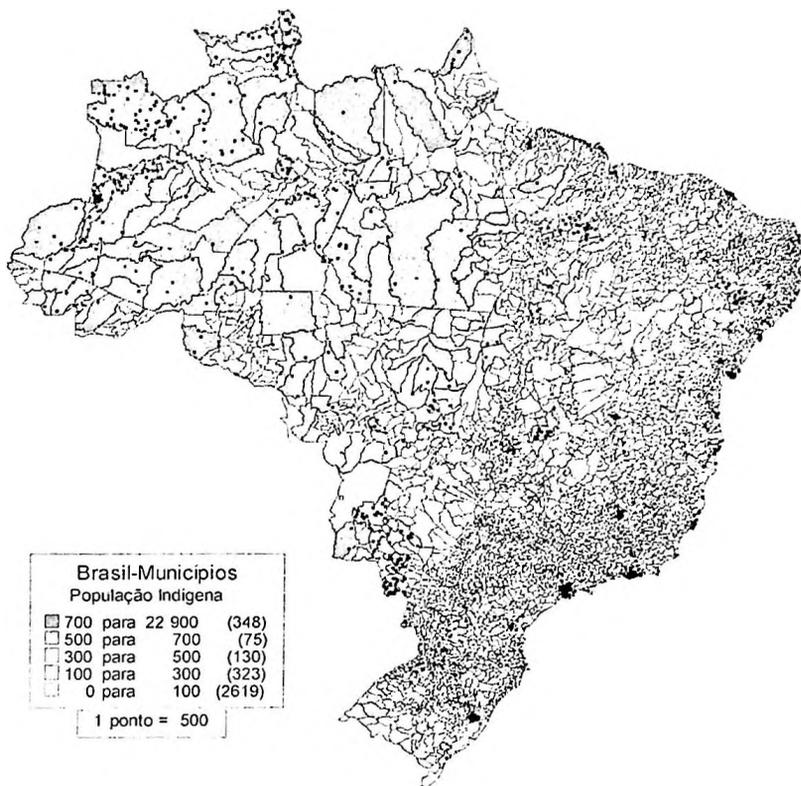
O número de pessoas em sociedade, sua distribuição no espaço, seus padrões culturais, suas formas organizacionais e relações com o meio ambiente são fenômenos inter-relacionados. O comportamento das populações tem efeito nas estruturas sociais, na organização institucional e nos problemas que essas deverão enfrentar, assim como nas necessidades e pressões sobre os variados recursos, naturais e sociais, a serem produzidos e distribuídos. Algumas características básicas tais quais, tamanho, movimentos, distribuição, crescimento e declínio implicam em diferentes formas de organização institucional.

Na medida em que as populações crescem certas estruturas sociais tornam-se necessárias: escolas, serviços de saúde, saneamento, esgotamento sanitário, produção de alimentos, etc. As sociedades indígenas apresentam dinâmismos sociais e culturais singulares, suas instituições respondem a desafios diferentes daqueles enfrentados por outras sociedades. Entretanto, atualmente, muitas dessas sociedades procuram ajustar modalidades de organização institucional de outras sociedades às suas especificidades, o que corresponde a novos desafios no que se refere à sua reprodução social e cultural.

Desde a chegada dos europeus ao Brasil a população indígena decresceu. Entretanto, diversas sociedades indígenas demonstraram capacidade de recuperação populacional nas últimas décadas. Essas sociedades que, segundo estimativas, constituíam-se até 10 milhões de pessoas na época da descoberta declinaram até 200 mil indígenas no início do século XX. Agora, o Censo 2000 do IBGE aponta que aproximadamente 730 mil pessoas se identificaram como indígenas, sem considerar os grupos isolados, isto é, aqueles que ainda não foram contatados.

Diversos estudos demográficos e antropológicos apontam a recuperação dos contingentes populacionais indígenas, com taxas de crescimento que variam entre 3 a 5^o ao ano. O mapa abaixo permite a visualização dos núcleos populacionais indígenas por tamanho e distribuídos por município. 348 municípios brasileiros abrigam populações maiores que 700 indígenas e se concentram nas regiões Norte e Centro-Oeste Mas um número significativo da população indígena de diferentes tamanhos também se distribui pelos municípios das outras regiões. Na maior parte dos municípios as populações indígenas são menores do que 100 pessoas.

Mapa 1 – População indígena distribuída por município brasileiro



Talvez a mais importante das características demográficas seja o tamanho das populações, que afeta todos os tipos de estrutura sociais. A taxa de crescimento das populações ou a velocidade de reposição do número de pessoas são também importantes, visto que determinam o quanto de pressão as instituições existentes sofrerão e as mudanças necessárias para acomodar e atender demandas.

2.1 Quantos são e onde estão os indígenas brasileiros?

A população indígena encontra-se distribuída em todas as regiões brasileiras (*ver tabela 1*): 29% na região Norte, 23% na região Nordeste, 22% na Sudeste, 11,5% na região sul e 14% no Centro-Oeste. A população indígena se concentra, em proporção, em alguns estados. O estado

do Amazonas reúne 15% da população indígena; a Bahia, 8,7%; São Paulo, 8,6%; e o Mato Grosso do Sul, 7,3%. Os quatro estados reúnem 40% da população indígena.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste a população indígena é predominantemente rural, com 78% e 63%, respectivamente. Nas demais regiões ocorre o predomínio de populações indígenas urbanas. Alguns estados da região Nordeste apresentam populações indígenas rurais, caso do Maranhão (71%) e Alagoas (53%). Em outros como Rio de Janeiro (96%), São Paulo (92%), Rio Grande do Norte (90%) e Distrito Federal (96%) a população indígena é, sobretudo urbana.

O saldo do contato das sociedades indígenas com as frentes de expansão foi a depopulação, deslocamentos contínuos, desintegração dos grupos, e integração em atividades econômicas da área rural ou urbano informal. Dessa forma, os grupos indígenas se localizam em número maior naquelas regiões de menor densidade populacional.

TABELA 1

Distribuição da população indígena por região e domicílio

Grandes regiões e unidades da federação	População residente					
	Total Brasil	População não indígena		População indígena		Total
		Urbano	Rural	Urbano	Rural	
Brasil	169.872.856	137.541.940	31.596.789	383.298	350.829	734.127
Norte	12.911.170	8.981.672	3.716.055	46.304	167.140	213.443
11 - Rondônia	1.380.952	880.562	489.707	4.223	6.460	10.683
12 - Acre	557.882	370.125	179.718	1.098	6.911	8.009
13 - Amazonas	2.817.252	2.092.463	611.598	18.783	94.608	113.391
14 - Roraima	324.397	242.014	54.256	5.797	22.331	28.128
15 - Pará	6.195.965	4.110.382	2.047.902	11.718	25.962	37.681
16 - Amapá	477.032	425.800	46.260	1.258	3.714	4.972
17 - Tocantins	1.157.690	860.325	286.785	3.428	7.153	10.581
Nordeste	47.782.487	32.854.232	14.757.866	105.728	64.661	170.389
21 - Maranhão	5.657.552	3.355.071	2.274.910	8.056	19.535	27.571
22 - Piauí	2.843.428	1.786.531	1.054.234	1.799	861	2.664
23 - Ceará	7.431.597	5.306.094	2.113.305	8.303	3.895	12.198
24 - Rio Grande do Norte	2.777.509	2.030.922	743.419	2.853	315	3.168
25 - Paraíba	3.444.794	2.439.005	995.701	5.384	4.704	10.088
26 - Pernambuco	7.929.154	6.031.348	1.863.136	23.553	11.117	34.669
27 - Alagoas	2.827.856	1.914.761	904.020	4.202	4.873	9.074
28 - Sergipe	1.784.829	1.267.251	510.861	5.322	1.395	6.717
29 - Bahia	13.085.769	8.723.248	4.298.280	46.276	17.964	64.240
Sudeste	72.430.193	65.387.799	6.881.205	140.644	20.544	161.189
31 - Minas Gerais	17.905.134	14.620.742	3.235.671	37.760	10.960	48.720
32 - Espírito Santo	3.097.498	2.452.836	631.916	9.601	3.145	12.746
33 - Rio de Janeiro	14.392.106	13.787.043	569.129	34.441	1.493	35.934
35 - São Paulo	37.035.456	34.527.179	2.444.488	58.842	4.946	63.789
Sul	25.110.348	20.266.743	4.758.858	52.247	32.500	84.747
41 - Paraná	9.564.643	7.762.425	1.770.731	20.155	11.352	31.488
42 - Santa Catarina	5.357.864	4.209.614	1.133.708	8.149	6.392	14.542
43 - Rio Grande do Sul	10.187.842	8.294.705	1.854.419	23.963	14.755	38.718
Centro-Oeste	11.638.658	10.051.493	1.482.805	38.375	65.985	104.360
50 - Mato Grosso do Sul	2.078.070	1.735.221	288.949	11.672	42.227	53.900
51 - Mato Grosso	2.505.245	1.980.835	495.214	7.348	21.848	29.196
52 - Goiás	5.004.197	4.380.818	609.269	12.474	1.636	14.110
53 - Distrito Federal	2.051.146	1.954.619	89.373	6.880	274	7.154

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

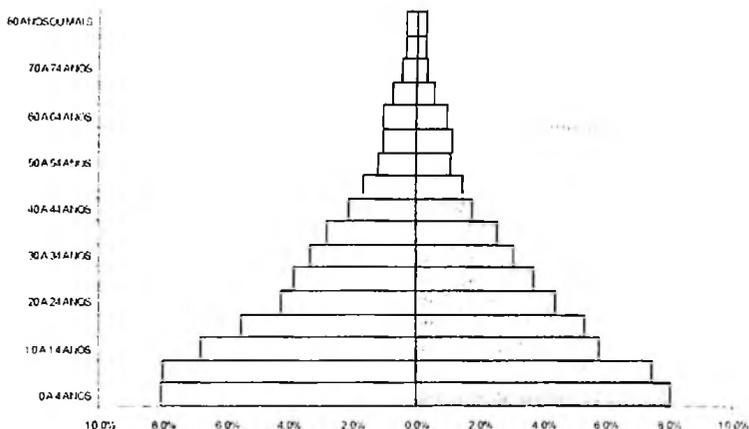
2.2 *Transição demográfica*

As taxas de mortalidade e natalidade influenciam o tamanho das populações e sua taxa de crescimento. Outros fatores também são relevantes, como por exemplo, as migrações. As taxas gerais de mortalidade e mortalidade infantil podem ser reduzidas por aplicação de certas tecnologias e cuidados, a exemplo da atenção ao parto e puerpério ou no uso de tecnologia médicas no trato ou cura de enfermidades. A mortalidade das mulheres, verificada em sociedades tradicionais, sobretudo no período reprodutivo, quando elas enfrentam os riscos da gravidez, também podem ser diminuídas, com a aplicação de cuidados e atenção dos serviços de saúde. As taxas de mortalidade nos dizem, aproximadamente, sobre a qualidade e adequação dos tratamentos e atenção e saúde às populações. As taxas de crescimento populacional são relativamente pequenas em sociedades onde se mantém altas as taxas de natalidade e de mortalidade.

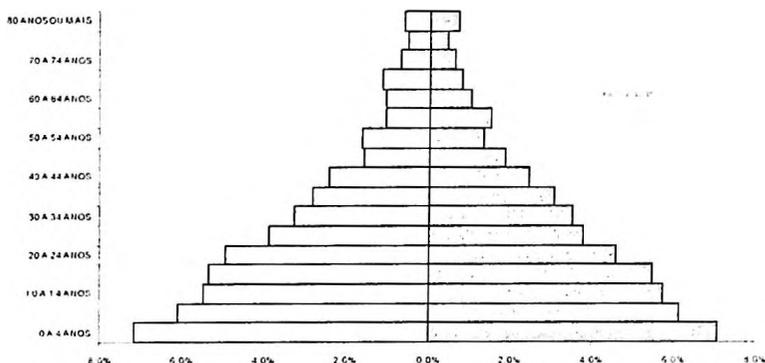
Como resultante dessas taxas podemos visualizar pirâmides populacionais que adquirem uma base maior, com maior número de jovens, e vai se estreitando na direção do topo, com um número de adultos e idosos, menor. O Brasil da década de trinta do século XX apresentava a população com essas características. As populações indígenas do Norte e Centro-Oeste apresentam características semelhantes. Essas populações têm alta natalidade e mortalidade (*ver Gráficos 1 e 2*)⁴.

⁴ Azul para homens e vermelho para as mulheres. Dados construídos a partir do Censo 2000. IBGE.

POPULAÇÃO INDÍGENA DA REGIÃO NORTE POR SEXO E GRUPO DE IDADE



POPULAÇÃO INDÍGENA DA REGIÃO CENTRO-OESTE POR SEXO E GRUPO DE IDADE

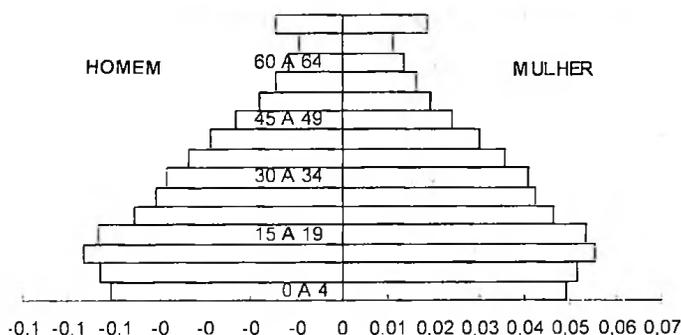


Diversas estratégias sociais (incluindo o objetivo de aumento e reposição populacional) e crenças culturais regulam o número de nascimentos e de mortalidade. Na medida em que as taxas de natalidade declinam, quando o número de pessoas torna-se um peso, em especial econômico, para a reprodução familiar e quando as crenças e a estrutura social impõem diferentes estratégias de mobilidade social, o comportamento agregado das populações também muda.

As sociedades européias são o modelo da transição demográfica: as taxas de mortalidade declinaram e também as de natalidade, e essas sociedades adotaram o modelo de

famílias menores. As sociedades que, em geral, são antigas colônias dos “países centrais” foram gradualmente sinalizando que passariam a ter comportamento demográfico semelhante. O formato de ogiva significa diminuição da natalidade e da mortalidade, tal qual podemos visualizar para a população brasileira de 1996, abaixo.

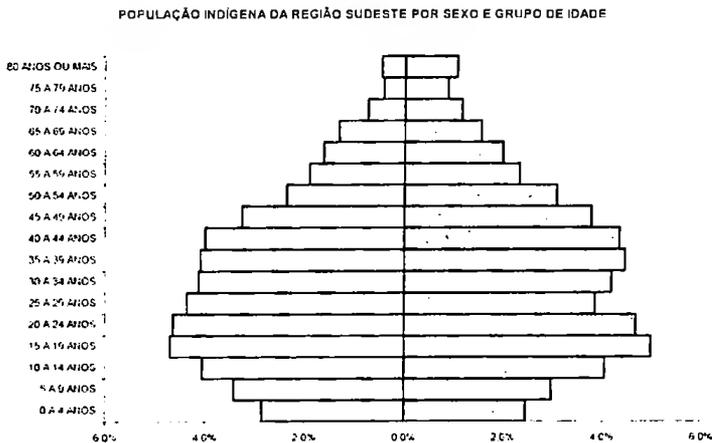
População brasileira por sexo e idade - 1996



No Brasil o crescimento populacional vem diminuindo; enquanto na década de 1970 era de 2,5%, duas décadas depois passou a ser de 1,7%. As famílias diminuíram, a fecundidade passou a ser de em média cerca de seis filhos por mulher em idade fértil para cerca de aproximadamente 2,5 e 3. A taxa de longevidade tem aumentado também, assim como a expectativa de vida.

A idéia da transição demográfica é que a adoção de certas formas de organização social e econômica leva ao declínio das taxas de mortalidade e as pessoas mudam seus comportamentos reprodutivos, tendo menos filhos. Em um primeiro momento desse processo de transição demográfica, há um desfasamento entre o declínio das taxa de mortalidade e de natalidade, enquanto a primeira declina a segunda permanece alta, em decorrência da aplicação de tecnologias médicas e da melhoria das condições de vida, ocorrendo um aumento expressivo da população.

As populações indígenas da região Nordeste e Sudeste apresentam formato de ogiva como podemos visualizar nos Gráficos 4 e 5 e que revelam um comportamento demográfico similar ao das populações nacionais brasileiras.



Alguns comentários rápidos sobre as duas “ogivas” das regiões Nordeste e Sudeste. Nas duas a base é pequena e se alarga rapidamente. Esse comportamento é resultante da composição da fecundidade e de movimentos migratórios para essas regiões. Entretanto, no NE, a “ogiva” afunila rapidamente após os 24 anos, o que deve ser causado pela migração para outras regiões (ou alta mortalidade).

A população de mulheres tem uma peculiaridade em ambas as regiões: perda acentuada de população em idade reprodutiva, que tanto pode indicar movimento migratório de refluxo, quanto, hipótese mais provável, mortalidade alta durante o período reprodutivo.

A “ogiva” abaixo representa a população da região sul:



Nessa “ogiva” podemos assinalar uma perda acentuada de população nos primeiros anos de vida, resultado provável de alta taxa de mortalidade, o que exigiria maiores cuidados na área de saúde reprodutiva e na assistência ao parto e puerpério e aos primeiros anos da infância.

2.3 Mortalidade

A taxa bruta de mortalidade das populações indígenas foi 2,7 óbitos por mil habitantes em 2000 e taxa bruta de natalidade 26,4 nascidos vivos por mil habitantes.

A tabela 2 apresenta a mortalidade da populações indígenas por causas selecionadas. Chama a atenção o número alto de mortes causadas por homicídios e suicídios (6,5%) no total. A presença de mortes por desnutrição e doenças infecciosas e intestinais, causas preveníveis ou evitáveis por cuidados básicos de saúde, saneamento e segurança alimentar correspondeu 2,6% cada uma, pelas causas de morte. Outras causas de morte poderiam, senão completamente evitadas, mas diminuídas, por ações dos agentes comunitários de saúde e programa saúde da família. Tuberculose, pneumonia, diabetes e hipertensão. O mesmo vale para mortes relacionadas ao parto e puerpério que, em grande parte dos casos pode ser evitada com atenções à saúde da mulher e com os cuidados adequados no período da gravidez – essa causa

correspondeu a 2,6% das causas de mortalidade entre 1996 e 2000. O câncer de mama também pode ser diagnosticado por exames simples e orientados; 88 mulheres indígenas morreram no período por essa causa.

TABELA 2 – Mortalidade geral por causa determinante- 1996 -2000

Causas Determinantes	Frequência por Causas Determinantes - acumulado 1996-2000	
	Brasil	
	Total Geral	%
Desnutrição	404	2,6
Doenças infec. Intestinais	398	2,6
Tuberculose	260	1,7
Pneumonias	704	4,5
Diabetes mellitus	348	2,2
D. hipertensivas	378	2,4
Alcoolismo	336	2,2
CA mama	88	0,6
Suicídios	208	1,3
Homicídios	798	5,2
Aids	212	1,4
Relacionadas ao parto e puerpério	410	2,6
Outras	10.940	70,7
Total	15 484	100,0

Fonte: SIM/SINASC – 1996 A 2000.

2.4 Migração

O tamanho e as características da população são afetadas pelas migrações, que referem-se aos movimentos das pessoas para dentro ou para fora das sociedades. As migrações ocorrem por um conjunto de razões, que combinam dificuldades no local de origem e expectativas em relação ao local de destino. As populações indígenas têm movimentos culturais que seguem os ciclos naturais, em especial do ciclo das águas. Realizam migrações de pequenas distâncias dentro do mesmo estado e região. A tabela 3 mostra a migração entre as grandes regiões.

O principal movimento migratório das populações indígenas se deu em direção da região Sudeste, em especial no sentido Nordeste-Sudeste (3.673 pessoas saíram do NE para o SD). Mas o movimento de retorno também é importante. A tabela 3 apresenta mais detalhadamente o fluxo migratório da população indígena entre as regiões brasileiras nos últimos 5 anos

TABELA 3 – Migração de populações indígenas nos últimos 5 anos (linha= emigração e coluna= imigração)

Brasil – Grandes regiões e outros países					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	950	509	946	222	646
Nordeste	533	1.507	3.673	121	945
Sudeste	180	1.254	2.549	648	623
Sul	101	88	600	1.018	93
Centro-Oeste	248	289	791	313	926
Brasil (sem especificação)	9	55	124	38	52
Outros países	292	77	496	176	148

Fonte: IGBE, Censo 2000.

Além das migrações dentro da mesma região ocorreu o movimento de entrada de indígenas de outros países. O Sudeste recebeu 496 e o Norte 292 indígenas de outros países. No total, foram cerca de 1.200 indígenas que entraram no Brasil.

O saldo líquido da migração (pessoas que entraram menos as que saíram) foi positivo no Sudeste (aproximadamente 3.429 pessoas); no sul (460) e Centro-Oeste (718). O Nordeste perdeu 3.000 indígenas, a maior parte indo para a região Sudeste, e o Norte 1.252, com populações indo para o Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

TABELA 4 Brasil – Imigração, Emigração e Saldo Migratório das Populações Indígenas -nos últimos cinco anos por Grandes regiões

Saida	Imigração	Emigração	Saldo
Norte	1.071	2.323	(1.252)
Nordeste	2.195	5.272	(3.077)
Sudeste	6.134	2.705	3.429
Sul	1.342	882	460
Centro-Oeste	2.359	1.641	718

Fonte: IGBE, Censo 2000.

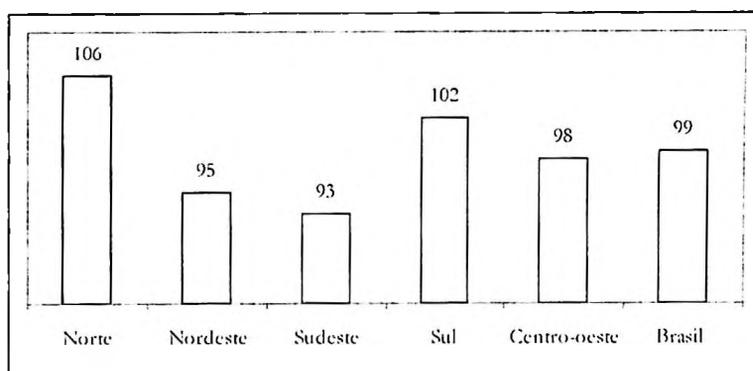
2.5 Composição da população indígena

a) População indígena por sexo

A razão de sexo expressa o número de homens em relação ao número de mulheres. A avaliação dessa composição permite compreender aspectos dos padrões culturais, da reprodução do grupo, da divisão do trabalho, das funções de homens e mulheres na estrutura social.

As regiões Norte e Sul apresentam um excedente de homens em relação às mulheres (essa razão é compatível com a imagem corrente a respeito da sobrevivência das mulheres em sociedades tradicionais). Nas regiões Nordeste e Sudeste se observa o inverso, as mulheres o “sobram” em relação aos homens. Na primeira, são 106 mulheres para cada 100 homens, na outra 102 para 100.

Gráfico 7
Razão de sexos da população indígena
Brasil e grandes regiões - 2000



Fonte: IGBE, Censo 2000.

b) População indígena por idade

A população indígena brasileira é relativamente jovem: perto da metade dela tem até 24 anos. Há diferenças regionais: no Norte, 63% da população situa-se nessa faixa de idade, e nas regiões Sul e Sudeste essa faixa etária compõe menos de 50% da população (45% e 39%, respectivamente), ou seja, pode-se constatar os efeitos da transição demográfica, com semelhança dos indígenas com a “sociedade nacional” no que se refere ao envelhecimento populacional. As populações das regiões Norte e Centro-Oeste são compostas de 16% e 14% de crianças de 0 - 4 anos que nos próximos 5 anos constituirão o público da ensino fundamental das escolas indígenas e não indígenas.

A tabela 5 permite visualizar a composição etária das populações indígenas por região. Daí pode-se inferir as pressões por escolarização nos próximos anos (com a entrada das crianças indígenas em período escolar e de alfabetização) e a necessidade de atenção à saúde reprodutiva, parto e puerpério, bem como a atenção à saúde das mulheres indígenas que já estão ou entrarão em idade fértil nos próximos anos.

TABELA 3 - Proporção da população indígena por grupo de idade, Brasil - 2000

Idade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
0 a 4 anos	16,1	8,9	5,3	9,8	14,2	11,1
5 a 9 anos	15,4	9,8	6,4	8,6	12,2	10,9
10 a 14 anos	12,6	11,2	8,1	8,9	11,2	10,7
15 a 24 anos	19,6	21,3	19,0	18,4	20,4	19,8
25 a 34 anos	14,1	14,4	16,5	15,9	14,5	15,0
35 a 49 anos	12,4	17,6	23,9	20,2	14,3	17,3
50 a 64 anos	6,5	10,4	13,3	10,9	7,7	9,6
65 ou mais	3,4	6,4	7,6	7,3	5,6	5,8
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IGBE, Censo 2000.

As razões de dependência completam a visualização sobre as características etárias da população indígena. A razão de dependência expressa a proporção entre os potencialmente

inativos (crianças de 0-14 e idosos de 65 ou mais) e os potencialmente ativos ou disponíveis para as atividades econômicas (população de 15 a 64 anos)⁵.

A razão de dependência total é de 62 idosos e crianças para cada 100 pessoas em idade ativa; a razão é maior no Norte (90 por cem) e Centro-Oeste (76 por cem) e menor no Sudeste (38 por cem).

A razão de dependência das crianças é de 53 por cem pessoas em idade ativa, o que indica seu peso importante na população total indígena. A razão de dependência das crianças é de 84 por cem, na região Norte e 66 por cem, na região Centro-Oeste.

TABELA 6 - Razão de dependência

Razão de dependência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Total	90,2	57,1	37,7	53,1	76,1	62,3
Das crianças	83,8	47,0	27,3	41,9	66,3	52,9
Dos idosos	6,4	10,1	10,4	11,2	9,8	9,4
Índice de envelhecimento	7,6	21,5	38,2	26,8	14,9	17,7

Fonte: IGBE, Censo 2000.

Total = $\text{pop } 0-14 + \text{pop } 65+ / \text{pop } 15-64 \cdot 100$

Das crianças = $\text{pop } 0-14 / \text{pop } 15-64 \cdot 100$

Dos idosos = $\text{pop } 65+ / \text{pop } 15-64 \cdot 100$

Índice de envelhecimento = $\text{pop } 65+ / \text{pop } 0-14 \cdot 100$

O índice de envelhecimento nas populações indígenas é de 17,7% no Brasil e apresenta-se especialmente elevado nas regiões Sudeste (38%) e sul (27%).

2.6. Desigualdades

a) Pobreza Extrema

No Brasil, 38% da população indígena está em situação de pobreza extrema (tem renda *per capita* familiar inferior a 1/4 salário mínimo), enquanto na população não indígena essa proporção é de 15,5%. A situação dos indígenas é heterogênea regionalmente. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, 62% e 31%, das populações indígenas, respectivamente, estão em

⁵ Adotou-se o mesmo critério de idade e comportamento econômico aplicados nos estudos da população em geral.

situação de pobreza extrema, enquanto esse número é menor (25% e 9%) para as populações não indígenas nas mesmas regiões (tabela 2).

Ao se compararem as proporções de pobres entre as populações indígenas e não indígenas nas grandes regiões, observa-se conforme a tabela 7 que a proporção de pobres entre indígenas é sempre maior do que a das populações não indígenas. Nas regiões onde a população rural é maior, também é maior o número de indígenas que têm renda inferior a 1/4 do salário mínimo.

O padrão de renda da população indígena é similar ou mesmo mais precária que o das populações mais desprotegidas da sociedade brasileira. A proporção de indígenas que tem renda inferior a 1/4 s.m. em domicílios rurais é de 64% no Brasil, enquanto a proporção diminui para a pobreza urbana (15%). Ou seja, 2/3 dos “indígenas rurais” estão em situação de pobreza extrema.

A pobreza extrema entre indígenas é mais de duas vezes a das demais populações. Entretanto, as médias nacionais escondem importantes heterogeneidades regionais: no Nordeste o nível de pobreza entre indígenas e não indígenas é similar (36,4% e 30,4%, respectivamente); no Centro-oeste a pobreza indígena é quase 4 vezes maior que a das demais; no Sul é 3 vezes maior; no Sudeste é o dobro.

TABELA 7

Proporção de pobres da população indígena e brasileira, por região e domicílio

Brasil e Grandes regiões	Proporção de pobres pop. não indígena	Pobres indígenas	Pobreza indígena urbana	Pobreza indígena rural
Brasil	15,5	38,4	14,7	64,3
Norte	24,7	61,8	21,8	72,9
Nordeste	30,4	36,4	20,6	62,2
Sudeste	7,9	13,7	9,6	42,1
Sul	7,6	27,1	11,8	51,7
Centro-Oeste	9,0	41,0	12,5	57,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Muitos consideram que os padrões culturais e sociais relativizam essa situação. Argumentam que as populações tradicionais e rurais têm facilidades na obtenção de alimentos, com atividades de extração, coleta e caça. Os argumentos são consideráveis e conhecidos em da literatura; entretanto, as condições de vida dessas populações devem ser contextualizadas, e

o fato é que a situação das populações indígenas é de desproteção, seja pela ausência de políticas direcionadas a essas populações, ou pela desorganização dos modos de produção de subsistência tradicionais, advinda do contato e das pressões ocasionadas pelas frentes de expansão da sociedade nacional brasileira.

O resultado final é que ser indígena significa uma alta probabilidade de se encontrar em situação de privação material ou pobreza extrema. Os resultados mostram que as populações indígenas estão entre os mais pobres entre os pobres.

b) Educação

No que se refere à situação da educação formal, as sociedades indígenas encontram um grande desafio no que se refere a sua organização, ampliação e aos cuidados necessários ao respeito às diferenças e às diversas tradições culturais. A tabela 8 mostra que o número de anos médios de estudo das populações indígenas é inferior (4,4) ao dos demais grupos étnicos. A média de anos de estudo dos negros é cinco e a da população branca 7. A tabela 8 apresenta a mesma informação por região e mostra que a característica da desigualdade apresenta-se como típica.

TABELA 7: Anos médios de estudo por cor e etnia

Brasil e Grandes regiões	Anos médios de estudo por cor ou raça			
	Branca	Negros	Indígena	Outros
Brasil	7,1	5,0	4,4	7,3
Norte	6,5	4,8	3,0	5,9
Nordeste	5,8	4,0	4,6	5,0
Sudeste	7,5	5,6	5,8	7,4
Sul	6,9	5,2	4,7	7,3
Centro-Oeste	7,4	5,5	4,7	7,5

Nota: 1. Pessoas de 15 anos ou mais de idade

Fonte: IGBE, Censo 2000.

A taxa de analfabetismo é outro dos indicadores que expressa as desigualdades étnicas. 26% da população indígena acima de 15 anos é analfabeta, enquanto 20% dos negros e 8% dos brancos estão na mesma situação. Na região Nordeste a taxa de analfabetismo dos indígenas é menor que a dos negros e muito próxima à dos brancos. O analfabetismo é 3 vezes maior entre os indígenas em relação à população branca. Também aqui as diferenças regionais são importantes, como demonstra a tabela 9.

TABELA 9: Taxa de analfabetismo por cor ou etnia

Brasil e Grandes regiões		Taxa de analfabetismo por cor ou raça			
	Brasil	Branca	Negra	Indígena	Outros
		8%	20%	26%	11%
Norte		11" "	21" "	40" "	17" "
Nordeste		21" "	33" "	26" "	25" "
Sudeste		7" "	13" "	13" "	8" "
Sul		6" "	14" "	20" "	7" "
Centro-Oeste		7" "	15" "	22" "	8" "

Nota: 1. Pessoas de 15 anos ou mais de idade

Fonte: IGBE, Censo 2000.

No que se refere à escolaridade 45% dos indígenas maiores de 15 anos tem até 3 anos de estudo. 37% completaram o ensino fundamental, 13,5% o ensino médio e apenas 2,7% chegaram ao 3.^o grau. As regiões também apresentam desiguais níveis de escolaridade como mostra a tabela 10.

TABELA 10 – Percentual da população indígena por faixas de anos de estudo e região

Unidade da Federação	Faixa de anos de estudo da comunidade indígena			
	0 a 3	4 a 8	9 a 11	12 ou +
NORTE	64,9	25,6	6,8	1,1
NORDESTE	43,1	34,8	17,2	2,9
SUDESTE	28,3	46,9	19,2	4,5
SUL	38,9	45,3	11,6	2,8
CENTRO-OESTE	51,3	35,8	9,7	2,3
Brasil	45,1	37,2	13,5	2,8

Fonte: IGBE, Censo 2000.

Considerações Finais

Notemos que o tipo diagnóstico aqui realizado tem que enfrentar um argumento crítico, em especial com relação ao seu poder explicativo para sociedades indígenas. O centro da crítica é que os parâmetros avaliativos partem de premissas relativas, adequadas para outras sociedades, e talvez não sejam muito úteis para diagnosticar as sociedades indígenas. Os modos de produção, a organização da vida econômica, seus padrões de reprodução biológica, seus valores, inclusive os que envolvem o uso de moeda, seriam bastante diversos e incomensuráveis com aqueles da sociedade brasileira nacional.

Para responder a essa crítica argumentaremos que, embora essas questões apresentem problemas importantes, o diagnóstico aqui apresentado é útil em pelo menos dois sentidos:

- a) Apresenta um retrato onde se visualiza que as condições de vida das populações indígenas são de qualidade inferior às das demais, não pelas suas formas internas de organização, mas pelo contato e efeitos devastadores das frentes de expansão sobre as formas tradicionais de organização social; em resumo, a situação de desigualdade étnica, já apontada recorrentemente para as populações afro-descendente em outros estados, revela-se em sua face de maior iniquidade quando focado nas populações indígenas.
- b) O segundo argumento é que o critério de etnicidade é dinâmico e não implica na decisão social em permanecer no isolamento de outras sociedades, ao contrário, as opções culturais são abertas à historicidade e a dinâmica social e devem contemplar os repertórios culturais disponíveis e usá-los segundo os critérios considerados adequados pelos diversos grupos e sociedades;
- c) Finalmente, um último ponto. Embora a Constituição Federal aponte que os direitos indígenas referem-se a coletividades tradicionais, os dados revelam um fenômeno novo, qual seja, a presença de um grande contingente populacional em terras não indígenas e que se define como indígena. Esse contingente possivelmente é potencial usuário de serviços e portador de direitos a demandar atenção especial por parte dos órgãos e gestores públicos;

Assim, é possível dizer que as informações aqui apresentadas devem ser entendidas à luz dos direitos sociais e culturais, e que cabe ao Estado e à sociedade a atuação sistemática no sentido do respeito e materialização dos direitos e que eles incluem o respeito à diferença e à diversidade cultural. As diferenças regionais somam-se às diferenças de organização social e cultural, fato que indica a grande heterogeneidade das

situações vivenciadas pelas populações indígenas e a necessidade de políticas apropriadas a cada realidade com o envolvimento de representações indígenas e com o devido cuidado aos princípios da pluralidade étnica.

